



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo nº: **4002511-97.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Impetrante: **FÁBIO HENRIQUE NICOLLETTE**  
 Impetrado: **Diretora Técnica da 26ª Circunscrição Regional de Trânsito de São Carlos Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

### **MM. VER FLS. 52/53. MUDA ALGUMA COISA?**

#### **Vistos.**

**Fabio Henrique Nicollette** impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela Diretora Técnica da 26ª CIRETRAN, que lhe teria negado a habilitação definitiva, sem que tivessem sido esgotadas todas as instâncias administrativas para discussão do ato que determinou a suspensão de sua CNH e, portanto, estaria sendo punido antecipadamente, o que afronta seu direito de ampla defesa, mesmo na esfera administrativa.

A liminar foi indeferida (fls. 40/42). O impetrante interpôs embargos declaratórios (fls. 43/47) em face da decisão interlocutória que indeferiu a liminar, decisão esta que foi mantida (fls. 50). Pela petição de fls. 52/53 o impetrante alega que houve inversão de conceito quando da decisão inicial, uma vez que o objetivo do pedido era ver reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade do procedimento administrativo nº 551/13, com consequente declaração de nulidade, uma vez que sua Permissão para Dirigir, expedida em 04 de junho de 2008, aponta como validade até o dia 10 de março de 2013, quando deveria ser até 10 de março de 2009, de onde se conclui que houve uma falha do Órgão expedidor ao valida-la com tamanha extensão. Como a pontuação foi lavrada em 24 março de 2009, posteriormente ao que seria o vencimento da validade da Permissão para dirigir, entende não ser caso de se falar em denegar a ordem buscada. O Departamento Estadual de Trânsito requereu seu ingresso na lide na qualidade de assistente litisconsorcial (fls. 65). Fluiu *in albis* o prazo para a autoridade coatora apresentar informações (fls. 75). O Ministério Público opinou pela denegação da ordem (fls. 80/82).

#### **É o relatório.**

#### **Passo a fundamentar e decidir.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

Não obstante a defesa administrativa apresentada, ainda pendente de decisão terminativa, fato é que, no caso, não se aplica a mesma regra para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que o impetrante, permissionário, cometeu infração de trânsito durante o período de validade da Permissão para Dirigir e, para que pudesse obter a CNH definitiva, deveria cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

*“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.*

*§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.*

*§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.*

Trata a hipótese de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação, o que só não ocorreu pelo fato de o impetrante ter obtido liminar na Justiça.

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário), como visto, é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

Portanto, não é válida a alegação de que foi prematuro o lançamento da pontuação em seu prontuário, isto é, sem que estivessem esgotadas todas as fases recursais.

Para ter sucesso na presente demanda, seria necessário ao impetrante comprovar seu direito líquido e certo à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (art. 148, § 4º, Lei nº 9.503/97), o que não ocorreu.

Ressalte-se, por fim, que a fls. 52/53 o impetrante introduziu fundamento novo, não contido na inicial, para justificar seu pleito, o que é inadmissível, juntando, para tanto, o documento de fls. 54, no qual omite outras infrações praticadas. Anote-se que sequer juntou a sua permissão para dirigir, sendo que, no documento de fls. 40, consta que ela foi emitida em 04/06/2008, com validade para 03/06/09.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando o impetrante com as custas processuais, ressalvado o disposto no art. 12 da Lei de Assistência Judiciária. Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

**P.R.I.C.**

São Carlos, 14 de agosto de 2014.